

Brasil só receberá US\$ 5 bi se fechar acordo com o FMI

ROBERTO PENTEADO

Esta semana poderá ser decisiva para as pretensões do Brasil em receber quase cinco bilhões de dólares de instituições financeiras oficiais e privadas — abrindo assim uma folga expressiva para ampliar investimentos produtivos na economia. Tudo isso e mais o afastamento definitivo dos riscos da decretação de uma nova moratória em setembro dependem da assinatura pelo Governo de um compromisso em torno de metas econômicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A missão técnica do Fundo recebeu na última quarta-feira a proposta brasileira de ajustamento, prevendo um esforço fiscal para reduzir o déficit público operacional (número que não considera as correções monetárias e fiscal do déficit nominal) de 4,26 para 3,79 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, assegurando ainda um superávit primário (que extrai do déficit operacional os encargos da dívida do setor público) de 0,64 por cento do PIB, ligeiramente inferior ao superávit primário registrado no ano passado, de 0,74 por cento do PIB.

PREVISÕES

O Governo prevê um déficit operacional igual a dois por cento do PIB na área federal, contra 3,33 por cento do PIB no ano passado e um déficit de 1,12 por cento do PIB para as empresas estatais, contra 0,37 por cento do PIB no ano passado. Na Previdência Social, a situação ficaria praticamente a mesma; 0,43 neste ano e 0,41 por cento do PIB no ano passado. É esperado um aumento no déficit operacional registrado pelos governos estaduais e municipais, de 0,15 por cento para 0,25 por cento do PIB neste ano.

A situação fica diferente quando se retira os encargos da dívida do setor público passando-se ao conceito de déficit primário, em função do ta-

manho da dívida pública e das estatais. Em vez de déficit, o Governo Federal, com este novo conceito, ficaria com um superávit de 0,05 por cento e as empresas estatais deixariam o vermelho para um impacto positivo de 0,30 por cento do PIB. Esta também seria a situação dos governos dos estados e municípios, onde apareceria um superávit fiscal de 0,67 por cento do PIB, ao se excluir os encargos financeiros da dívida.

PROBLEMAS

Existem apenas dois problemas: a inflação de 22,3 por cento prevista para junho pelo IBGE e o déficit da Previdência Social. A proposta brasileira inclui uma projeção de inflação de 15 por cento ao mês até o fim do ano, cálculos que perderam muito de sua credibilidade face à liberação dos preços, o fim do congelamento, a criação do BTN fiscal e a recuperação prevista das tarifas e preços das estatais no segundo semestre. Tudo isso, certamente, impulsionará a inflação para taxas superiores às previstas pelo Governo.

Quanto à Previdência Social, tudo vai depender do Congresso aprovar a medida provisória 63, aumentando as contribuições de trabalhadores e patrões e desvinculando os benefícios do salário mínimo. Caso o Governo não tenha sucesso e a medida seja rejeitada, o déficit da Previdência subiria de 0,43 para 1,37 por cento do PIB.

Este fato obrigaria o Governo a fazer uma nova proposta de ajustamento, atrasando ainda mais o fechamento do acordo com o Fundo e o recebimento dos recursos oficiais e privados antes de setembro, mês em que o País deverá fazer um pagamento de 2,5 bilhões de dólares aos seus credores.